UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO BH
CURSO DE PSICOLOGIA — 4º PERÍODO — MANHÃ

BRENDA LETICIA DA SILVA PRATA OLIVEIRA
LUANA MADYNE DOS SANTOS TEIXEIRA

ENTRE ACOLHER E NORMALIZAR: ANÁLISE INSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROJETO PAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE
2026

BRENDA LETICIA DA SILVA PRATA OLIVEIRA
LUANA MADYNE DOS SANTOS TEIXEIRA

ENTRE ACOLHER E NORMALIZAR: ANÁLISE INSTITUCIONAL DA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA NO PROJETO PAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE BELO HORIZONTE

Projeto de extensão apresentado ao curso de Psicologia do 4º período da Universidade Salgado de Oliveira, como requisito para a disciplina Psicologia Institucional Comunitária.

Professor orientador: Dr. Francesco Napoli

BELO HORIZONTE
2026

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação de uma psicóloga em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Belo Horizonte, a partir da perspectiva da psicologia institucional. A pesquisa foi desenvolvida por meio de visita institucional e entrevista semiestruturada, buscando compreender as práticas profissionais, os desafios do cotidiano escolar e as possibilidades de promoção da saúde e prevenção do adoecimento psíquico. A análise, fundamentada na perspectiva de Bleger, Guirado, Foucault e Patto, evidencia que a atuação da psicóloga envolve tanto o acolhimento e o acompanhamento das crianças quanto a articulação com a escola, as famílias e a rede de proteção. Os resultados apontam para uma prática que busca conciliar as necessidades individuais das crianças com as normas e demandas institucionais. A psicologia escolar exerce um papel importante na promoção da saúde e na prevenção, especialmente por meio de intervenções que não se limitam às crianças que já possuem algum diagnóstico ou laudo.
Palavras-chave: psicologia institucional; psico-higiene; educação infantil; Projeto PAS; psicologia escolar.

ABSTRACT

This work analyzes the work of a psychologist at a Municipal Early Childhood Education School (EMEI) in Belo Horizonte, Brazil, from the perspective of institutional psychology. The research was carried out through an institutional visit and a semi-structured interview, seeking to understand professional practices, the challenges of everyday school life and the possibilities of health promotion and prevention of psychological illness. The analysis, based on the perspectives of Bleger, Guirado, Foucault and Patto, shows that the psychologist's work involves both welcoming and monitoring children and articulation with the school, families and the protection network. The results point to a practice that seeks to reconcile children's individual needs with institutional norms and demands. School psychology plays an important role in health promotion and prevention, especially through interventions that are not limited to children who already have a diagnosis or a medical report.
Keywords: institutional psychology; psychohygiene; early childhood education; PAS Project; school psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 REFERENCIAL TEÓRICO
3 O PROJETO PAS E A INSTITUIÇÃO PESQUISADA
4 METODOLOGIA
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1 INTRODUÇÃO

A inserção da psicologia no contexto escolar ainda é frequentemente atravessada por uma visão reducionista que a trata como uma extensão do consultório clínico tradicional. Sob esse amparo, a atuação do profissional tende a se limitar a um ciclo puramente tecnicista de avaliar, diagnosticar, orientar e encaminhar o aluno, isolando as dificuldades de aprendizagem do ambiente em que são geradas. Esse movimento tende a individualizar dificuldades que têm origem social e institucional (PATTO, 2015). Guirado (2009), em contrapartida, propõe uma virada conceitual: a psicologia institucional não é uma área de atuação ao lado da clínica ou da escolar, mas uma estratégia de pensamento que analisa as práticas cotidianas, os discursos e as relações que configuram a instituição em que o psicólogo atua, inclusive o próprio consultório. Assim, o foco desloca-se do sujeito isolado para o modo como as relações institucionais produzem e mantêm aquilo que nelas se repete.

No Brasil, essa inserção ganhou novo impulso na rede pública com a Lei Federal nº 13.935/2019, que tornou obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, por meio de equipes multiprofissionais (BRASIL, 2019). Em Belo Horizonte, a Prefeitura implementou o Projeto PAS (Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação), que insere esses profissionais no cotidiano das escolas da rede municipal (BELO HORIZONTE, [s.d.]). Para a psicologia, trata-se de uma entrada relativamente recente nas escolas públicas, ocasionando duvidas a quem ela serve, o que se espera dela e o que ela efetivamente faz.

A educação infantil é um campo especialmente fértil para essa análise. Nela, a criança vive, muitas vezes, sua primeira experiência prolongada fora do âmbito familiar, submetida a horários, filas, divisões de espaço e avaliações de comportamento. Foucault (1999) mostrou como a escola organiza o espaço, o tempo e o olhar para produzir corpos úteis e dóceis, e como o exame e o registro individualizam e classificam. Ao mesmo tempo, Bleger (1984) propõe uma psico-higiene voltada à prevenção e à promoção da saúde, o que permite perguntar como o cuidado e a norma convivem no trabalho do psicólogo escolar.

O problema que orienta este trabalho é: como se configura o lugar da psicologia em uma Escola Municipal de Educação Infantil integrada ao Projeto PAS, e que práticas de cuidado, prevenção e normalização atravessam a atuação da psicóloga junto às crianças, às famílias, à equipe e à rede de proteção?

O objetivo geral é analisar a atuação de uma psicóloga do Projeto PAS em uma EMEI de Belo Horizonte à luz da psicologia institucional. Os objetivos específicos são: (a) descrever

o contexto do Projeto PAS e a composição da equipe; (b) identificar o vínculo, as demandas e a autonomia da psicóloga; (c) analisar as práticas de promoção de saúde e prevenção à luz da psico-higiene; e (d) examinar os registros, laudos, o sigilo e a articulação com a rede de proteção, com o Conselho Tutelar e com a saúde.

O trabalho justifica-se por duas razões. Do ponto de vista da formação, a disciplina Psicologia Institucional Comunitária exige que o estudante investigue o papel da psicologia em uma instituição concreta. Do ponto de vista social, compreender como a psicologia se insere na educação infantil pública contribui para pensar práticas de cuidado que alcancem também as crianças que não têm laudo nem queixa formal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A psicologia institucional e a psico-higiene em Bleger

José Bleger, psiquiatra argentino de orientação psicanalítica, constitui uma das referências basilares para a consolidação da psicologia institucional no Brasil. Conforme aponta Bleger (1984), o psicólogo é convocado a atuar na instituição como um todo e na rede de grupos que a compõem, preterindo a clássica intervenção sobre indivíduos isolados. Tal postura implica refletir criticamente sobre o enquadre de seu trabalho, isto é, a manutenção rigorosa das constantes de tempo, espaço, papéis e regras sob as quais a intervenção se sustenta (BLEGER, 1984). O autor explica, ainda, a função social desse profissional diante da ambiguidade imanente aos vínculos institucionais. É nesse horizonte analítico que se situa a psico-higiene, noção constitutiva de sua obra, que designa uma práxis voltada à promoção da saúde e à prevenção. Desloca-se, portanto, o foco do indivíduo já adoecido para as condições macroestruturais de vida e para as instituições nas quais os sujeitos se inserem (BLEGER, 1984). Para esta pesquisa, a psico-higiene permite descrever ações que buscam evitar o sofrimento antes que ele se torne queixa, diagnóstico ou laudo.

Guirado (2009) retoma a proposta de Bleger e lembra que, segundo o autor, o psicólogo institucional deve trabalhar na condição de assessor, para que seja garantida a autonomia técnica, ainda que esse tipo de contratação seja raro e a maioria dos psicólogos atue como técnico. Para

este estudo, o conceito de enquadre auxilia a descrever em que condições a psicóloga trabalha e a identificar o que ameaça ou preserva a especificidade de sua ação.

2.2 A psicologia como instituição em Guirado

Para Guirado (2009), a psicologia institucional não é uma área de atuação ao lado da clínica, da escolar ou da organizacional, mas uma estratégia de pensamento que permite analisar

o exercício da psicologia em qualquer contexto, inclusive o consultório. A instituição é compreendida como um conjunto de relações sociais que se repetem e se legitimam, produzindo efeitos de reconhecimento e de desconhecimento: o que se faz passa a ser visto como natural e legítimo, e as condições que o sustentam deixam de ser percebidas.

Dessa concepção decorrem categorias úteis à análise: o objeto institucional (aquilo em nome de que a instituição se faz), a relação de clientela (quem demanda, quem é atendido e como se estabelecem posse e dependência do objeto) e o discurso como dispositivo e ato. Guirado (2009) propõe a Análise Institucional do Discurso, que acompanha a distribuição de tempos, espaços e atividades na rotina, "quem faz o que, como, quando", e as tensões entre os grupos, incluindo aquelas de que o próprio psicólogo faz parte. A autora também alerta para a onipotência do profissional e para a diferença entre ocupar o lugar de técnico, submetido às exigências do organograma, e o de assessor, com maior autonomia para provocar "cortes que fazem pensar". Com apoio em Lapassade, distingue ainda o instituído e o instituinte, e a organização e a instituição (LAPASSADE, 1977 apud GUIRADO, 2009).

2.3 Disciplina, vigilância e normalização em Foucault

Em Vigiar e punir, Foucault (1999) descreve a disciplina como uma técnica de poder que fabrica indivíduos. Entre seus procedimentos estão a distribuição dos corpos no espaço, como na fila e na classe escolar; o controle da atividade por meio do horário e do exercício; a vigilância hierárquica, que torna os indivíduos visíveis; a sanção normalizadora, que pune e premia a partir de uma norma; e o exame, que combina vigilância e registro, individualiza e classifica. O panoptismo sintetiza esse funcionamento como um poder que se exerce pelo olhar contínuo e se interioriza naqueles que são vistos.

O autor também afirma que o poder não apenas reprime, mas produz saber e sujeitos. Nessa lógica, professores, médicos, educadores e assistentes sociais exercem, cada um no ponto

em que se encontra, um poder de julgar a partir da norma, o que faz do poder normalizador uma presença difusa nas instituições (FOUCAULT, 1999). Para esta pesquisa, essas categorias orientam a leitura da organização do espaço e da rotina escolar, dos registros e laudos produzidos sobre as crianças e do modo como se define o que é um comportamento esperado ou problemático.

2.4 Queixa escolar e individualização em Patto

Maria Helena Souza Patto, em sua crítica à psicologia escolar, analisa como as dificuldades vividas na escola tendem a ser atribuídas à criança ou à sua família, ocultando as condições institucionais e sociais em que se produzem (PATTO, 2015). A autora complementa o quadro teórico por tratar especificamente da escola e por permitir perguntar sobre quem recai a queixa e que explicações a psicologia oferece ou reforça. No contexto da educação infantil, essa discussão ajuda a examinar como crianças pequenas e suas famílias passam a ser descritas como "diferentes" ou "com dificuldades".

3 O PROJETO PAS E A INSTITUIÇÃO PESQUISADA

3.1 O Projeto PAS na rede municipal de Belo Horizonte

Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte, o Projeto PAS tem por objetivo inserir psicólogos e assistentes sociais no cotidiano das escolas da Rede Municipal de Educação, para criar ambientes escolares acolhedores e equitativos, favorecer a trajetória educacional de crianças e adolescentes e contribuir para a frequência escolar. Entre seus objetivos específicos estão promover práticas de escuta, proteção e pertencimento, e fortalecer os vínculos entre escola, família, território e redes de cuidado (BELO HORIZONTE, [s.d.]). O projeto atende toda a comunidade escolar, incluindo estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, famílias, professores e gestores, e foi implementado em 2024, sendo regulamentado em 2025 pela Portaria SMED nº 176/2025, que estruturou a atuação em cinco eixos:

1. articulação com as famílias para o acompanhamento da frequência escolar;
2. colaboração na construção e na implementação do Plano de Convivência Escolar;
3. promoção de habilidades socioemocionais;
4. articulação intersetorial e fortalecimento das redes de cuidado e inclusão;

5. interlocução com os demais atores escolares para a aprendizagem e a equidade.

A página institucional cita ainda, entre as ações do projeto, a elaboração de relatórios multiprofissionais para estudantes com deficiência, transtornos e altas habilidades, e a mobilização da comunidade por meio de rodas de diálogo e assembleias (BELO HORIZONTE, [s.d.]). Como resultados, a Prefeitura menciona maior engajamento das famílias, redução de conflitos e melhora do clima escolar, sem apresentar dados quantitativos.

3.2 A EMEI e a equipe multiprofissional

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Segundo a participante, a escola atende crianças atípicas, parte das quais chega com laudo. A equipe multiprofissional é composta por uma psicóloga, um assistente social e uma professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e é descrita por ela como uma equipe unida.

A participante atua na psicologia há cerca de dez anos e mantém também clínica particular. Não possui especialização em psicologia infantil, embora tenha tido contato com a área em estágios. A atuação com crianças pequenas no contexto escolar é, segundo seu relato, sua primeira experiência profissional nesse campo. Ela situou a chegada da psicologia à escola pública após a pandemia e informou que atua como pessoa jurídica contratada pela Prefeitura, após credenciamento por edital, em contratação temporária de três anos, sem vínculo celetista ou estatutário.

4 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida como trabalho de extensão da disciplina Psicologia Institucional Comunitária, do curso de Psicologia da UNIVERSO. A pesquisa qualitativa foi escolhida por buscar compreender sentidos, relações e práticas, e não medir variáveis.

O estudo foi realizado em uma EMEI da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, vinculada ao Projeto PAS. A participante foi a psicóloga do projeto na escola, identificada neste trabalho apenas como “participante”. As etapas seguiram o roteiro da disciplina: visita à instituição e levantamento inicial, entrevista, observação institucional e construção do problema

de pesquisa. Também foi consultada a página oficial do Projeto PAS, mantida pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Como instrumento, utilizou-se entrevista semiestruturada com base em roteiro de 22 perguntas (Apêndice A), realizada em 3 de novembro de 2026, com duração de duas horas e registrada por meio de anotações.

Os dados foram analisados com base na Análise Institucional do Discurso (GUIRADO, 2009), atenta à distribuição de tempos, espaços e atividades, às relações de clientela e às expectativas que organizam o trabalho. A partir do referencial e do que emergiu do campo, foram definidas cinco categorias: (a) vínculo, demanda e autonomia; (b) cotidiano e distância

entre o prescrito e o real; (c) promoção de saúde e prevenção; (d) norma, laudos e sigilo; e (e) rede de proteção e família.

Quanto aos aspectos éticos, não foram divulgados o nome da profissional nem o da escola, que é descrita apenas como uma EMEI da rede municipal de Belo Horizonte vinculada ao Projeto PAS. Nenhuma criança foi identificada pelo nome, e os casos relatados foram descritos sem informações como idade ou turma. As informações sobre o Projeto PAS provêm de fonte pública (BELO HORIZONTE, [s.d.]).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os dados da entrevista em cinco categorias. Cada uma traz o relato da participante e a leitura à luz do referencial teórico.

5.1 Vínculo, demanda e autonomia

Na perspectiva de Guirado (2009), o lugar da psicologia na instituição se define pela relação de clientela e pelo lugar que o psicólogo ocupa no organograma. No caso estudado, a participante é contratada como pessoa jurídica, por credenciamento e por tempo determinado, o que a coloca fora do quadro permanente da escola. Esse lugar pode ser lido de dois modos: de um lado, a posição externa à carreira da rede parece favorecer a autonomia de que ela fala; de outro, a temporalidade de três anos limita a continuidade do vínculo com a equipe e com as crianças.

A participante afirmou ter total autonomia para realizar intervenções, com apoio e confirmação da gestão, e contar com recursos financeiros quando necessário. Descreveu uma convivência muito boa, sem disputa de saberes, com todos trabalhando de modo cooperativo.

Esse quadro contrasta com a advertência de Guirado (2009) sobre a onipotência do psicólogo e com a tensão entre técnico e assessor: aqui, a participante ocupa um lugar mais próximo do de assessora. No entanto, ela acrescentou que nem sempre foi assim: segundo seu relato, os psicólogos não foram bem recebidos quando passaram a ser inseridos nas instituições educacionais, pois os professores entendiam que estavam perdendo autonomia. Esse relato indica que a chegada da psicologia à escola foi vivida, ao menos por parte do corpo docente, como uma disputa em torno de quem tem a palavra sobre a criança e sobre a sala de aula. Isso reaproxima a análise das tensões de uma relação de poder de que fala Guirado (2009) e da articulação entre poder e saber em Foucault (1999). A harmonia descrita no presente não elimina, portanto, o conflito anterior: pode ser lida como resultado de um processo em que o

instituído, a autonomia docente, e o instituinte, a nova presença da psicologia, foram se reacomodando (LAPASSADE, 1977 apud GUIRADO, 2009).

5.2 Cotidiano e distância entre o prescrito e o real

Guirado (2009) recomenda acompanhar a distribuição de tempos, espaços e atividades na rotina. A participante relatou que acompanha a chegada das crianças com os responsáveis, as brincadeiras e o momento da alimentação, e que, quando necessário, recebe a criança isoladamente em sua sala. Atua ainda com dinâmicas lúdicas, brincadeiras e palestras, definidas conforme as demandas observadas no cotidiano. Em termos de Bleger (1984), trata-se de um enquadre móvel: em vez do consultório com horário fixo, a psicóloga circula pelos espaços coletivos da escola e reserva a sala para os momentos em que a situação pede um atendimento a sós.

Um exemplo dessas intervenções foi relatado pela participante. Quando recebe demandas ligadas a muita violência em sala, ela leva materiais lúdicos e conduz dinâmicas em que as crianças possam perceber que não é correto bater no colega. Ela própria descreveu esse trabalho como “de formiguinha”; assim que ela sai da sala, as crianças voltam a se bater, e por isso a intervenção precisa ser constante, até que compreendam e possam desenvolver a mudança. Do ponto de vista de Bleger (1984), trata-se de uma ação dirigida ao grupo, a turma, e não apenas a uma criança, o que aproxima a prática da psico-higiene. Em termos foucaultianos (FOUCAULT, 1999), o brincar aparece como alternativa à sanção normalizadora: em vez de punir o comportamento agressivo, a psicóloga busca produzir, pelo jogo, outro modo de relação entre as

crianças. O relato também mostra o limite da intervenção, já que o efeito não é imediato e depende da repetição, o que reforça a advertência de Guirado (2009) contra a onipotência do psicólogo e indica que a mudança, quando ocorre, é lenta.Para Foucault (1999), momentos como a chegada, a fila e a refeição integram a distribuição do espaço e do tempo que disciplina os corpos. No relato, esses mesmos momentos funcionam também como oportunidade de vínculo e de observação, o que mostra que o dispositivo escolar pode abrigar, ao mesmo tempo, vigilância e cuidado.

Ao ser perguntada sobre o trabalho prescrito e o trabalho real, a participante descreveu o que é pedido pelo projeto como muito engessado e afirmou que, na prática, ocorre a humanização: o abraço, o carinho, a atenção, a escuta e o cuidado. Segundo ela, cada demanda gera uma ação própria, que não pode ser padronizada. Citou, como exemplo desses gestos, o costume de dar um "cheiro" nas crianças, e relatou que a maioria delas, ao vê-la, já sabe que vai receber o "cheiro". Na linguagem de Guirado (2009), essa distância entre o que se prescreve

e o que se faz é um lugar de instituinte, o ponto em que o trabalho vivo reinventa a norma que o orienta.

5.3 Promoção de saúde e prevenção: a psico-higiene no cotidiano

A participante relatou que o que lhe é demandado é manter e movimentar a promoção do bem-estar e trabalhar o que dificulta a criança em sala, do comportamental ao social. Ela destacou que a escola atende crianças atípicas, que já chegam com laudo e recebem toda a atenção para seu desenvolvimento, e que as crianças que não têm laudo ou estão em investigação também recebem ações de prevenção. Essa fala foi considerada especialmente próxima da psico-higiene de Bleger (1984), por dirigir o cuidado a quem ainda não é caso, isto é, a crianças sem diagnóstico, sem laudo e muitas vezes sem queixa formal.

Um exemplo relatado pela participante ilustra essa lógica. Uma aluna da escola apresenta comportamentos constantes de cuidado com o outro: preocupa-se com os colegas, se estão bebendo água, se estão brincando, se estão tristes, e prioriza os colegas a ponto de se colocar em segundo plano. A psicóloga vem observando esses comportamentos e realiza intervenções para que a criança, no futuro, não seja deixada para trás por priorizar o próximo e não a si mesma, trabalhando a autoestima e buscando compreender a origem desse comportamento.

O caso é útil porque, do ponto de vista da escola, o comportamento da aluna não é um problema, sendo, em geral, valorizado como cooperação e gentileza. A psico-higiene permite enxergar nele um risco, o de a criança aprender a se anular, e agir antes que ele se converta em sofrimento ou em demanda. Ao mesmo tempo, o exemplo convida a uma reflexão crítica à luz de Foucault (1999): estender o olhar psicológico a comportamentos que ninguém considera problemáticos amplia o alcance da observação sobre as crianças. O que distingue prevenção de vigilância, nesse caso, parece estar na escuta, no vínculo e no fato de a intervenção se dirigir ao bem-estar da criança, e não à correção de sua conduta. Esse é um ponto a ser sustentado pela análise, e não dado como resolvido.

A promoção de saúde alcança, segundo o relato, também a equipe: a participante afirmou que suas ações buscam promover a saúde e o desenvolvimento não só das crianças, mas de toda a equipe, e que professoras e profissionais a procuram para desabafar. Esse cuidado com quem cuida corresponde à ideia de trabalhar com os grupos que compõem a instituição, e não apenas com a clientela direta (BLEGER, 1984; GUIRADO, 2009).

5.4 Norma, laudos e sigilo

Perguntada sobre o que é esperado e o que é considerado problema numa criança pequena, a participante apontou, como comportamento fora do esperado, a criança hipersexualizada ou extremamente agressiva, e relatou que há casos de hipersexualização entre as crianças da escola. Na leitura de Foucault (1999), definir o esperado e o inesperado é operar com uma norma e com a sanção normalizadora que a acompanha. No entanto, a própria participante parece tratar esses comportamentos como algo a ser compreendido e acolhido, e não punido: nesses casos, são realizadas dinâmicas lúdicas para entender melhor a situação e, se for o caso, tomar as providências mais adequadas para o bem e a saúde das crianças, o que remete à articulação com a rede de proteção.

A participante afirmou que não se pode ter olhar clínico no contexto escolar: ela não diagnostica nem emite laudos, mas oferece bem-estar, acolhimento e escuta, ajudando no desenvolvimento da criança como um todo. Quando necessário, conversa com os responsáveis sobre o comportamento que está observando e sugere a procura por fonoaudiologia, clínica psicológica e outros serviços. Como ela também mantém uma clínica particular, a fala revela uma distinção entre dois lugares institucionais da psicologia, a escola e o consultório, no sentido

proposto por Guirado (2009), para quem o próprio consultório é uma instituição. O encaminhamento externo protege o limite do papel, mas também desloca para fora da escola a investigação e o rótulo, ponto que dialoga com a crítica de Patto (2015) à individualização da queixa escolar.

Em relação aos registros, a participante informou que cada criança possui uma ficha. As crianças que já chegam com laudo são conhecidas por toda a equipe, ao passo que aquelas em observação não são expostas aos demais; a ficha física só pode ser consultada pela psicóloga, pelo assistente social e pela professora de AEE. Em termos de Foucault (1999), a ficha e o laudo são formas de exame: registram, individualizam e classificam. A prática descrita, porém, também protege as crianças em observação da rotulação precoce, o que mostra o duplo efeito do registro, como instrumento de classificação e como instrumento de cuidado. Vale notar que a página do Projeto PAS menciona a elaboração de relatórios multiprofissionais para estudantes com deficiência, transtornos e altas habilidades (BELO HORIZONTE, [s.d.]), documento distinto do laudo, mas que também produz registro sobre a criança.

Quanto ao sigilo, a participante explicou que, por se tratar de equipe multidisciplinar, não é possível haver sigilo pleno: as informações precisam circular entre os profissionais para o bom desenvolvimento da criança. Trata-se, portanto, de um sigilo compartilhado, restrito à

equipe, e a limitação da ficha física a três profissionais é a forma que a escola encontrou de delimitá-lo. Essa configuração mostra que o sigilo, em equipe multiprofissional, é compartilhado e delimitado por regras da própria escola. Este trabalho não avaliou a conformidade dessa prática com as normas éticas da profissão; registra apenas como a participante descreve o sigilo no cotidiano da equipe.

A inclusão aparece, no relato, como uma das marcas da escola, que atende crianças atípicas e se dedica ao desenvolvimento delas. A análise sugere que os laudos exercem, ali, dupla função: abrem acesso a apoios e a reconhecimento, e ao mesmo tempo organizam as crianças em categorias conhecidas por todos. A psico-higiene, ao dirigir a atenção às crianças sem laudo, amplia o cuidado para além da lógica do diagnóstico.

5.5 Rede de proteção e relação com as famílias

A participante relatou que, nos casos considerados mais graves e que exigem maior atenção, a psicóloga e o assistente social buscam alternativas para auxiliar a criança, mantendo

contato com o Conselho Tutelar e com o posto de saúde de referência. Por se tratar de uma instituição municipal e regionalizada, as crianças atendidas pela escola são vinculadas a um posto de saúde próximo da escola, com o qual a psicóloga e o assistente social mantêm vínculo e têm autonomia para entrar em contato sempre que necessário. Esse contato serve para conhecer a situação particular de cada criança, como a vacinação, a realização de consultas necessárias e, de modo mais amplo, as condições gerais de saúde. Quando a situação exige, a própria psicóloga vai até o posto para conversar com os profissionais.

Como exemplo, a participante relatou o caso de uma criança que apresentava episódios recorrentes de piolho, mesmo após a mãe afirmar que realizava o tratamento. A situação afetava também a convivência escolar, pois a criança tinha o hábito de aproximar a cabeça das outras crianças. Em outro momento, a mãe afirmou que a criança estava com a vacinação em dia, mas, para confirmar a informação, a equipe entrou em contato com o posto de saúde e verificou a situação vacinal. A participante afirmou que esse contato não ocorre como fiscalização da família, mas como uma articulação da rede para compreender e acompanhar as necessidades da criança. O deslocamento da psicóloga até o posto, quando necessário, ilustra a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real discutida na seção 5.2: o cuidado com a criança extrapola os limites físicos da escola.

Essa articulação corresponde ao eixo da articulação intersetorial e do fortalecimento das redes de cuidado previsto no Projeto PAS e ao eixo de articulação com as famílias (BELO HORIZONTE, [s.d.]). É uma face de proteção: a escola, por conviver diariamente com a

criança, está em posição de perceber sinais e de acionar quem pode intervir. É também uma face de vigilância, no sentido de Foucault (1999): o olhar da escola se estende à vida familiar, à vacinação e ao comparecimento às consultas, e a rede de saúde, de assistência e de proteção funciona como prolongamento do exame para fora dos muros escolares.

5.6 Discussão geral

As cinco categorias mostram uma psicologia que ocupa, na EMEI estudada, um lugar de ampla autonomia e circulação, sustentado por uma equipe cooperativa e por um projeto de política pública que a legitima. O cotidiano descrito afasta-se da imagem do psicólogo clínico dentro da escola. A participante recusa o olhar clínico, o diagnóstico e o laudo, e se define pelo acolhimento, pela escuta e pela promoção do bem-estar. Nesse sentido, a atuação se aproxima da

psico-higiene de Bleger (1984), que se realiza, por exemplo, nas ações dirigidas a crianças sem laudo e na atenção à equipe.

Ao mesmo tempo, a análise com Guirado (2009) e Foucault (1999) mostra que o cuidado se dá dentro de um dispositivo que observa, registra e articula a rede em torno da criança. A ficha, o laudo, o relatório e o vínculo com o Conselho Tutelar e com o posto de saúde são instrumentos de proteção, mas também de exame e de definição do que se espera de uma criança e de uma família. A psicóloga ocupa, assim, um lugar ambíguo, noção que dialoga com a ambiguidade nos vínculos institucionais discutida por Bleger (1987): é aquela que protege e, ao mesmo tempo, participa do olhar que classifica. A condição temporária de seu vínculo, por fim, lembra que o instituinte que ela produz depende de condições institucionais que não controla.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a atuação de uma psicóloga do Projeto PAS em uma EMEI de Belo Horizonte. Os dados indicam que a psicologia, nessa escola, se configura como uma prática de acolhimento, escuta e prevenção, com autonomia e apoio da equipe e da gestão, mas com vínculo temporário e inserida em um dispositivo de observação, registro e articulação com a rede de proteção.

A psico-higiene de Bleger (1984) mostrou-se uma chave produtiva para ler as ações voltadas às crianças sem laudo, como o acompanhamento da aluna que prioriza os colegas e se coloca em segundo plano, e o cuidado com a própria equipe. Foucault (1999), Guirado (2009) e Patto (2015) ajudaram a manter a pergunta sobre os limites entre cuidado e vigilância, entre proteção e culpabilização das famílias e entre inclusão e classificação por laudos.

Como limites, a pesquisa trabalhou com uma instituição, uma entrevistada e um período curto de observação, o que impede generalizações. Sugerem-se estudos futuros com outras escolas do Projeto PAS, com a escuta de professoras, assistentes sociais e famílias, e ações de extensão, como oficinas com as professoras sobre prevenção e promoção de saúde na primeira infância.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Projeto PAS: psicólogos e assistentes sociais na educação. Belo Horizonte: PBH, [s.d.]. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/projeto-pas-psicologos-e-assistentes-sociais-na- educacao. Acesso em: 5 nov. 2026.

BLEGER, José. Psico-higiene e psicologia institucional. Tradução de Emilia Diehl e Maria Flag. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. Original publicado em 1973.

BLEGER, José. Simbiose e ambiguidade: estudo psicanalítico. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. Original publicado em 1977.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUIRADO, Marlene. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 323-333, jul./dez. 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como foi sua contratação: quem demandou a psicologia nesta escola e para quê?
2. Como é o seu cotidiano de trabalho nesta instituição? Quais atividades costuma desenvolver ao longo da rotina?
3. Quais são as principais demandas que chegam até você? De quem costumam partir (gestão, coordenação, professores, famílias ou outros profissionais)?
4. Quem são os seus clientes: a criança, a família, a professora, a escola, a mantenedora?
5. O que a escola espera que o psicólogo faça? E o que você acredita que é o seu papel?
6. Quais são suas atividades no dia a dia: observação em sala, atendimento individual, grupos, reuniões com famílias, formação de professoras?
7. Que ações de prevenção e promoção de saúde existem na escola?
8. Quem costuma encaminhar casos a você e com que queixas? Pode descrever um encaminhamento recente, sem identificar ninguém?
9. O que a escola considera um comportamento esperado e o que considera um problema numa criança pequena?
10. Que registros são produzidos sobre as crianças (relatórios, pareceres, fichas) e quem tem acesso a eles?
11. Quando uma criança é apontada como “diferente” ou “com dificuldades”, o que acontece depois? Existem sanções, comparações ou avaliações?
12. Você sente que a psicologia é chamada a dizer quem está dentro ou fora da norma? Como se posiciona?
13. Como se dá a relação com as professoras: parceria, cobrança, disputa de saberes?
14. Quais são as maiores dificuldades do seu trabalho aqui?
15. Você já viveu um conflito entre a sua ética profissional e a demanda da instituição? Como resolveu?
16. O que você mudaria na instituição ou no papel da psicologia nela? O que lhe parece que não muda?
17. Que instrumentos você usa (observação, entrevistas, relatórios, escalas de desenvolvimento)?
18. Você realiza intervenções com grupos (turmas, equipe, pais)? Pode dar um exemplo?
19. Como você acompanha a adaptação das crianças e o vínculo com as professoras?
20. Possui sigilo nos dados e laudos das crianças matriculadas?
21. Você possui autonomia para propor intervenções?
22. Consegue me dizer sobre o trabalho prescrito e o que acontece realmente?